

**Comentário I sobre o artigo “Há pedras no meio do caminho: reflexões sobre a produção científica em periódicos da área de Serviço Social” (GARCIA, 2009)**

**Efeitos das mudanças no sistema  
Qualis/Capes sobre o Serviço  
Social: a experiência do periódico  
SER Social/UnB**

Potyara A. P. PEREIRA\*

Sobre o texto de Lúcia Garcia, eu diria que, mais do que *pedras no meio do caminho*, há mudanças de peso, mas previsíveis, na história da profissionalização do Serviço Social brasileiro. E esta parece ser uma tendência irreversível que desembocou na atual exigência de maior qualificação na comunicação científica dos assistentes sociais.

É assim que eu vejo o envolvimento do Serviço Social com a atual política governamental de regulação da produção científica dessa área de conhecimento, entre outras, envolvimento este que não é casual e inocente.

Se prestarmos bem atenção, o Serviço Social é uma profissão inquieta e competitiva, que não só não hesitou em se ins-

titucionalizar – com todos os ônus e bônus que isso lhe trouxe e ainda trará – mas vem conquistando espaços ocupacionais e políticos cada vez mais amplificados. Além disso, ao penetrar na academia e ocupar, nas Universidades, um nicho cada vez mais consolidado de estudos, pesquisas, produção intelectual e de formação de novos agentes (assistentes sociais), o Serviço Social se tornou uma disciplina acadêmica que, necessariamente, teve de se reger por cânones científicos. E mais: teve, necessariamente, de se fazer representar nas Agências de fomento à pesquisa e de avaliação da produtividade de pesquisadores e instituições de ensino superior.

De tudo isso o Serviço Social procurou fazer parte conscientemente e não mediu esforços nessa empreitada. Em adição, para se tornar visível e comunicativo, criou seus próprios veículos de difusão científica e procurou mantê-los em funcionamento dentro dos limites de suas possibilidades financeiras e técnicas e de padrões de editoração relativamente mais simples do que os atuais.

Foi no seio desse movimento que surgiu a Revista **SER Social**, do Programa de Pós-Graduação em Política Social, do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (PPGPS/SER/UnB), da qual sou editora responsável desde início de 2009. Criado em 1995, este periódico semestral sofreu interrupção nos seus dois primeiros anos (1996 a 1997),

\* Pós-doutora em Política Social pela Universidade de Manchester/UK. Professora titular do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (SER/UnB). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS/SER/UnB). Editora da Revista SER Social do PPGPS/SER/UnB. E-mail: poama@terra.com.br

para ressurgir em 1998 e se manter ininterrupto até hoje - apesar das dificuldades para evitar atraso na sua periodicidade, devido, principalmente, à escassez de recursos humanos. Parafraseando Lucia Garcia, considero um *ato heróico* editar regularmente um periódico num Departamento, como o SER/UnB, que, desde a sua criação, em 1971, até 2009, contava com um número exíguo de professores (nunca superior a quinze) e de funcionários (nunca superior a três). Isso, sem falar do acúmulo de trabalho que a criação do Mestrado, em 1990, e do Doutorado, em 2002, impôs ao SER. Diante dessas condições, a edição da Revista SER Social tornou-se uma responsabilidade que envolvia todos os docentes da Pós-Graduação, sob a forma de rodízio, significando, como ainda acontece, trabalho redobrado para os envolvidos. Garantido o apoio financeiro do PROF<sup>1</sup>/Capes, cada semestre dois professores ficavam responsáveis pela edição de um número da Revista, cujo tema era aprovado no Colegiado do Programa. Essa responsabilidade consistia em: fazer a chamada dos autores de artigos; selecionar os trabalhos a serem encaminhados aos pareceristas; selecionar pareceristas e solicitar-lhe a colaboração; devolver artigos a seus autores para reformulação; escolher a capa da revista; encaminhar os artigos para a revisão ortográfica e gramatical; acionar o diagramador e discutir com ele o desenho e a arte do volume; encaminhar o material final para impressão na gráfica. Tratava-se, como se depreende, de um trabalho artesanalmente ingente que, além de en-

volver vários e diferentes atores, dependia da disponibilidade de tempo e do interesse dos mesmos e do ritmo de trabalho da dupla de editores. Daí a constante ameaça, nem sempre evitável, de atraso no lançamento dos números da Revista, fato que a **SER Social** infelizmente conheceu.

Entretanto, mudanças recentes no Sistema Qualis - ferramenta usada pela Capes/MEC para classificar os periódicos nos quais os Programas de Pós-Graduação do país (PPGs) publicam sua produção científica - fizeram com que aumentassem as exigências de profissionalização do Serviço Social, especialmente no que tange a sua condição de área de conhecimento. Tais exigências não dizem só respeito ao aumento da qualidade acadêmica e do número de publicações docentes e discentes dos PPGs. Exigem, ademais, que esses Programas tenham bom conceito (de 5 a 7); que seus periódicos sejam bem classificados (preferencialmente no nível A); e que as publicações tenham impacto significativo (despertem interesse de outros pesquisadores e sejam por eles citados). O índice de citação dos trabalhos publicados em outros artigos é muito valorizado pela Capes, pois é ele (fator de impacto) que, independentemente do âmbito da circulação desses trabalhos, lhes confere notoriedade. Isso foi fruto da reformulação do Sistema Qualis anterior, que dividia os periódicos segundo a sua circulação (local, nacional e internacional) e adotava uma classificação em três níveis (A, B e C). Mas, agora, o que prevalece é uma escala constituída de oito estratos (A1, A2, B1 a B5 e C, tendo C o peso 0).

<sup>1</sup> Programa de Fomento à Pós-Graduação da Capes/MEC.

De acordo com as mudanças introduzidas, os periódicos dos PPGs já deveriam ter, em 2008, o seguinte perfil: possuir editor responsável, Conselho Editorial, ISSN, linha editorial, normas de submissão, periodicidade mínima semestral, avaliação por pares, afiliação institucional dos autores, afiliação institucional dos membros dos Conselhos (podendo haver membros sem vínculo institucional, como aposentados), resumo e *abstract* dos artigos, descritores em português e inglês; e publicar pelo menos 14 (quatorze) artigos por volume/ano, com pelo menos um número do ano anterior publicado. Estes requisitos seriam passos essenciais para que, em 2010, os referidos periódicos tivessem todos os números do ano anterior atualizados, publicados até 31 de março do ano seguinte; editassem, pelo menos, 18 artigos por volume/ano; possuísem Conselho Editorial composto, em sua maioria, de membros externos à Universidade do Programa (quebra da endogenia), com ênfase na participação de membros estrangeiros; estivessem indexados em pelo menos uma base de dados ou indexador internacional; publicassem, por volume/ano, pelo menos 60% de artigos cujos autores estivessem vinculados a, pelo menos, 06 (seis) instituições diferentes da que edita o periódico; estivessem disponibilizados em formato digital, com acesso *on line*; mantivessem um fluxo contínuo de recebimento, análise e seleção para publicação; e tivessem registrado no volume publicado, data de recebimento e aceitação de cada artigo.

Em se tratando da Revista **SER Social**, em 2008 quase todos os quesitos listados pelo Qualis/Capes Periódicos estavam

contemplados. Faltavam: um editor responsável permanente (substituindo a dupla de editores *ad hoc*) e a atualização da periodicidade da Revista. Com o compromisso firmado na Capes, pela coordenação do PPGPS/SER/UnB, de que, em 2010, estas e as novas pendências estariam resolvidas, a **SER Social** que, no sistema antigo era classificada como "A nacional", passou para "B1". Esta reclassificação, considerada muito boa, ficou condicionada ao cumprimento, até 2010, de todas as providências previstas, incluindo a agilização da indexação da Revista em bases de dados ou indexadores nacionais e internacionais, já constante do rol de exigências do estrato B1. Na presente data, 15 de novembro de 2009, faltando apenas um mês e quinze dias para 2010, a *SER Social* considera ter cumprido o seu compromisso para poder figurar, no mínimo, no estrato B1: possui uma Editora-chefe, Comissão editorial e Conselho editorial constituído, em sua maior parte, por pesquisadores estrangeiros; está com a sua periodicidade atualizada, indexada em duas bases de dados internacionais e em duas nacionais (estando ainda avaliada por outros indexadores brasileiros e estrangeiros) e disponibilizada no sistema *on line* (*open journal*). Além disso, sua nova política editorial, apesar de continuar privilegiando a edição de números temáticos, prevê, em cada volume, a publicação de contribuições que se enquadrem em outras seções como: artigos de temas livres (portanto não temáticos e encaminhados em fluxo contínuo), debates, ensaios, entrevistas, resenhas, notas prévias, cartas, resumos de teses e de dissertações.

Entretanto, cumprido o dever de casa, vale fazer a seguinte reflexão: por mais enriquecedor que tenha sido esse processo, o Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília viu-se diante de uma realidade que, como lembra Lúcia Garcia - ao se referir à política prevalecente do *publish or perish* (publicar ou perecer) - não dava para retroceder. Qualquer retrocesso particular poderia, até, significar um ato contra-revolucionário, mas à custa do comprometimento da área do Serviço Social como um todo. Em compensação, qualquer empenho particular do Programa de agir de acordo com os parâmetros de excelência definidos pelos órgãos oficiais, fortaleceria a área no seu conjunto *vis-à-vis* às demais áreas de conhecimento com as quais procura se ombrear. Este é um exemplo de mudança previsível, embora não pacífica ou desejável, no processo de profissionalização do Serviço Social, porque era de se esperar um efeito quase que inercial da dinâmica competitiva que se instalou na origem dessa profissionalização.

Diante desse dilema, que mais parece o do prisioneiro (de que fala a teoria dos jogos), entendo o seguinte: que se deve usar o bom senso para, simultaneamente, não prejudicar a área, preservando o espírito crítico e ético (prezados pela profissão), e não sucumbir à tentação de fazer uso de expedientes obscuros, sob a pressão do produtivismo. Expedientes nada edificantes como: plágios; falsificações de dados; apropriação de idéias; contagem de edições de um mesmo livro como se fossem vários; apresentação de um trabalho em vários eventos, como se fossem trabalhos diferentes; rodízio de

citação bibliográfica entre amigos; e a "autoria graciosa" (*gift authorship*) - em que pessoas que não participaram, de alguma forma, da produção de um artigo figuram como co-autores, usando, muitas vezes, da autoridade de professores, orientadores ou chefes<sup>2</sup> - devem ser rejeitados. Estas são práticas que, infelizmente, existem no mundo acadêmico, mas não devem ser imitadas pelo Serviço Social. Isso porque, além de desonestas, são injustas já que seus autores têm mais chances de reconhecimento acadêmico e maior apoio financeiro do que os que se pautam pela honestidade e transparência.

Ficar alerta contra esses desvios é o que se espera de um Serviço Social inquieto e competitivo, sim, mas construtivo e probo no percurso contraditório de sua crescente profissionalização.

---

<sup>2</sup> Um dos critérios utilizados para definição autêntica de autoria de um trabalho coletivo é o da explicitação clara da contribuição de cada co-autor independentemente da ordem em que aparecem no texto.